

# CARTA DE CONJUNTURA

ANO 27 N.º 2  
Fevereiro de 2018



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL

**POLÍTICA MONETÁRIA**  
Expectativas  
inflacionárias e  
política monetária

**EDUCAÇÃO**  
Taxa de desistência no  
ensino superior gaúcho  
atinge 64,1%

● Ciclos na economia gaúcha: em busca de fatos estilizados ●

Indústrias brasileira e gaúcha: que recuperação é essa?

● Lei de Acesso à Informação e dados abertos: possibilidades e desafios a partir da experiência federal ●

Desigualdades sociodemográficas maternas e o pré-natal inadequado

● Evolução da contribuição para a Previdência Social entre os ocupados na RMPA — 2010-17 ●

# Expectativas inflacionárias e política monetária

Bruno Paim

[bpaim@fee.tche.br](mailto:bpaim@fee.tche.br)

Pesquisador em Economia da FEE

Dentre os indicadores macroeconômicos, a inflação é um dos que mais atrai a atenção da imprensa e do público. Dado o caráter persistente da inflação no País, muitas vezes, subjugam-se outras variáveis importantes para a economia nacional em prol do seu controle. Atualmente, o principal instrumento em posse do Banco Central do Brasil (BC) para administrar a variação dos preços é a taxa básica de juros.

Em abril de 2013, o BC iniciou um período de elevação da taxa de juros, que passou de 7,25% para 14,25% em julho de 2015. Após 15 meses nesse patamar, ocorreu um ciclo de redução da taxa, que passou a 7% em dezembro de 2017. Dentre as justificativas para tal movimento, estão o arrefecimento da inflação — que se reduziu de 10,7% em 2015 para 2,95 em 2017 — e a baixa atividade econômica — que acumulou 11 trimestres consecutivos de queda, acompanhada por uma redução de mais de 30% no investimento, culminando com a elevação do desemprego de 7,9% em março de 2015 para 13,7% dois anos depois.

Quando questionado se o ciclo de aumento dos juros haveria sido demasiado, ou se haveria tardado a iniciar o afrouxamento monetário, o presidente do BC utilizou o arrefecimento da inflação como indicador do sucesso: “Acreditamos que a inflação não apresentaria essa mesma queda caso o Banco Central não atuasse de maneira firme para domar as expectativas inflacionárias, apoiado pela política econômica de forma geral”.<sup>1</sup>

A redução da inflação e a ancoragem das expectativas são vistas como elementos de sucesso na condução da política monetária recente. De fato, a expectativa de inflação retornou para o centro da meta, permitindo inclusive ao Conselho Monetário Nacional (CMN) reduzir a meta para 4,25% em 2019 e 4% em 2020. Além disso, desde a implantação do Sistema de Metas de Inflação, em 1999, é a quinta vez que o presidente do BC precisou enviar carta à Presidência da República a fim de justificar o porquê de o índice não ter-se mantido dentro da banda da meta. Nesse caso, entretanto, foi a primeira vez que o índice completou o ano **abaixo** do limite inferior, atualmente de 3%. Mas será que essa queda se deve realmente à condução “firme” do Banco Central?

Com vistas a expor algumas características da inflação recente e também a analisar a efetividade de seu combate, apresenta-se a contribuição de seus principais componentes para o índice final. Assim, pode-se perceber a importância de fatores que o próprio BC reconhece como sendo em elevado grau autônomos à condução da política monetária pela instituição: o preço dos alimentos e os preços administrados.

A importância do preço dos alimentos e bebidas nos índices de preço pode ser captada pelo peso que possuem na cesta de bens analisada: na média, representam cerca de 25% do índice. Ao se atribuir o impacto de cada grupo de bens e serviços para a elevação geral dos preços, percebe-se que, de 2008 a 2016, um terço do índice se deve diretamente ao preço de alimentos e bebidas. Segundo carta encaminhada ao Presidente da República, o atual

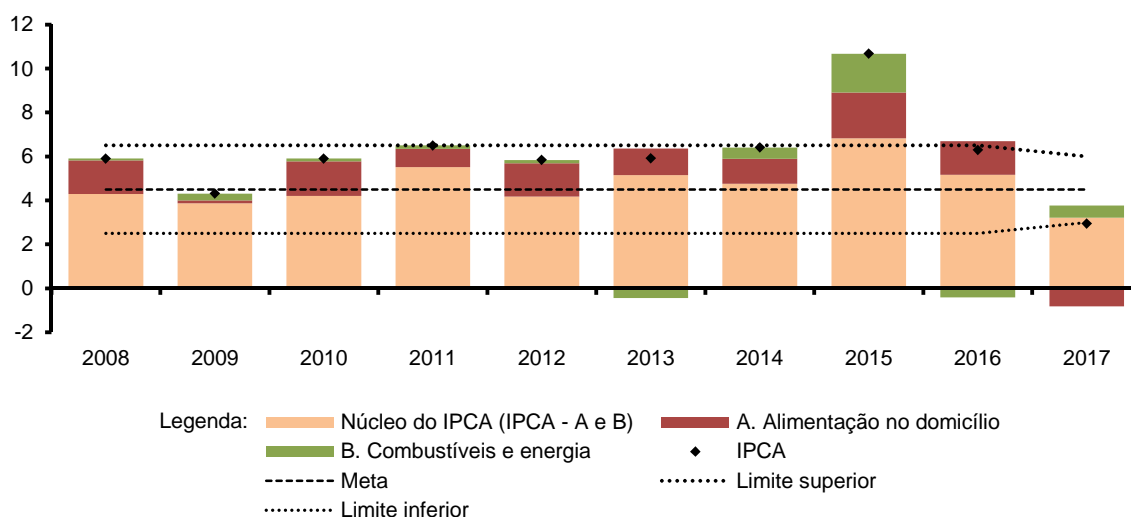
<sup>1</sup> BANCO CENTRAL DO BRASIL. Apontamentos do Presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: [http://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/TextosApresentacoes/Apontamentos\\_Pres\\_Ilan\\_Eventos\\_12a15\\_dez\\_2017.pdf](http://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/TextosApresentacoes/Apontamentos_Pres_Ilan_Eventos_12a15_dez_2017.pdf). Acesso em: 19 fev. 2018.

desvio na meta de inflação, que a reduziu para valores inferiores a 3% em 2017, adviria do comportamento incomum do preço dos alimentos. De fato, o gráfico mostra que a variação no preço dos alimentos contribuiu negativamente para o índice pela primeira vez nos últimos 10 anos. Na carta, o próprio BC reconhece que as causas dessa deflação encontram-se “fora de seu alcance”, mas que combateria os efeitos secundários dessa variação. No entanto, como exemplo, no ano de 2013, a variação positiva no preço dos alimentos, também derivada de choques de oferta ou de flutuação no preço em reais das *commodities* (incorporando aqui tanto a variação derivada do câmbio quanto a dos preços internacionais), serviu como um dos argumentos para defender a necessidade de agir combativamente elevando a taxa de juros. Percebe-se, assim, uma assimetria na condução da política monetária.

Outro componente da inflação com relevante influência individual sobre o índice de preço, mas que não está sujeito aos efeitos da política monetária, é o preço de combustíveis e energia, que concentra parcela importante dos preços administrados. Logicamente, ao denominarem-se “administrados”, fica explícito que somente efeitos secundários poderiam ser combatidos pela política monetária.

Faz-se necessário perguntar se, dada a volatilidade do preço dos alimentos e dada a autonomia na administração dos preços de combustível e energia, estes deveriam influenciar de forma tão profunda a administração da taxa básica de juros? Adiciona-se ainda que, se considerado que o pico da inflação em 2015 se deve em grande medida a fatores exógenos à condução da política monetária, a elevação dos juros na proporção praticada pode ter sido excessiva quando se reconhece o caráter temporário e pontual de parcela daquela inflação, de modo que os possíveis efeitos recessivos sobre o restante da economia também podem ter sido desnecessários. Da mesma forma, atribuir parcela importante da queda da inflação à “firmeza” na condução da política monetária parece tentar atribuir ao subjetivo e ao expectacional uma queda cujas fontes são bem identificáveis e que, em certo grau, independeu da postura dos atuais dirigentes do BC.

Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), contribuição de componentes selecionados ao IPCA, meta de inflação, acumulados em 12 meses, no Brasil — 2008-17



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

NOTA: Núcleo do IPCA contém alimentação fora do domicílio, encargos e manutenção habitacional, artigos de residência, vestuário, transportes, saúde e cuidados pessoais, despesas pessoais, educação e comunicação.

# Taxa de desistência no ensino superior gaúcho atinge 64,1%

**Gisele da Silva Ferreira**

[gisele@fee.tche.br](mailto:gisele@fee.tche.br)

**Pesquisadora em Estatística da FEE**

Os Indicadores de Fluxo da Educação Superior, publicados em janeiro deste ano pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), permitem um mapeamento da trajetória acadêmica do aluno brasileiro do ensino superior no período de 2010 a 2015, o chamado acompanhamento longitudinal. A construção dos indicadores é feita a partir dos dados do Censo da Educação Superior, pesquisa estatística que coleta informações de instituições, cursos, alunos e docentes, além de outros dados que permitem mensurar as características da educação superior no Brasil.

Os principais indicadores divulgados são: taxa de permanência, taxa de conclusão acumulada e taxa de desistência acumulada dos cursos oferecidos nas instituições de ensino superior brasileiras, construídos de forma a desconsiderar o número de estudantes falecidos no período. A taxa de permanência é o percentual de alunos com vínculo ativo, cursando ou trancado, em relação ao número de estudantes ingressantes no curso em 2010. A taxa de conclusão acumulada é o percentual de alunos que se formaram no curso, em relação ao número de ingressantes em 2010. A taxa de desistência acumulada é o percentual de estudantes que, ingressando em 2010, desistiram do curso. A soma dos três indicadores é de 100% em cada ano do período analisado, visto que todos os alunos do estudo se encaixam em uma das três situações em cada ano da trajetória.

Na trajetória 2010-15, as instituições de ensino superior do Rio Grande do Sul apresentaram uma taxa de conclusão acumulada de 24,5% e uma taxa de desistência acumulada de 64,1%. Em relação à modalidade de ensino, no mesmo período, enquanto os cursos presenciais apresentaram as maiores taxas de permanência (15,6% em 2015), os cursos à distância exibem as maiores taxas de conclusão acumulada (26,1%) e também de desistência acumulada (73,1%).

Os cursos de ensino superior foram classificados em grandes áreas a partir de uma adaptação da metodologia internacional de classificação Eurostat/Unesco/OCDE. No RS, os cursos da área de serviços (ciência aeronáutica, gastronomia, gestão ambiental, turismo, hotelaria, transportes, saúde e segurança no trabalho, etc.) aparecem com as mais elevadas taxas de conclusão acumulada em 2010-15, enquanto os cursos das áreas de engenharia, produção e construção apresentam as mais baixas. As menores taxas de desistência acumulada foram registradas nos cursos ligados à agricultura e veterinária, já as mais elevadas, em ciências, matemática e computação, nesse mesmo período.

As maiores diferenças encontradas entre os indicadores de trajetória acadêmica do ensino superior gaúcho estão na categoria administrativa das instituições de ensino. Na comparação entre instituições de ensino públicas e privadas, na trajetória 2010-15, as taxas de conclusão acumuladas das públicas foram 63% maiores do que as privadas, ao mesmo tempo em que as taxas de desistência acumulada das privadas foram 37% maiores do que as públicas.

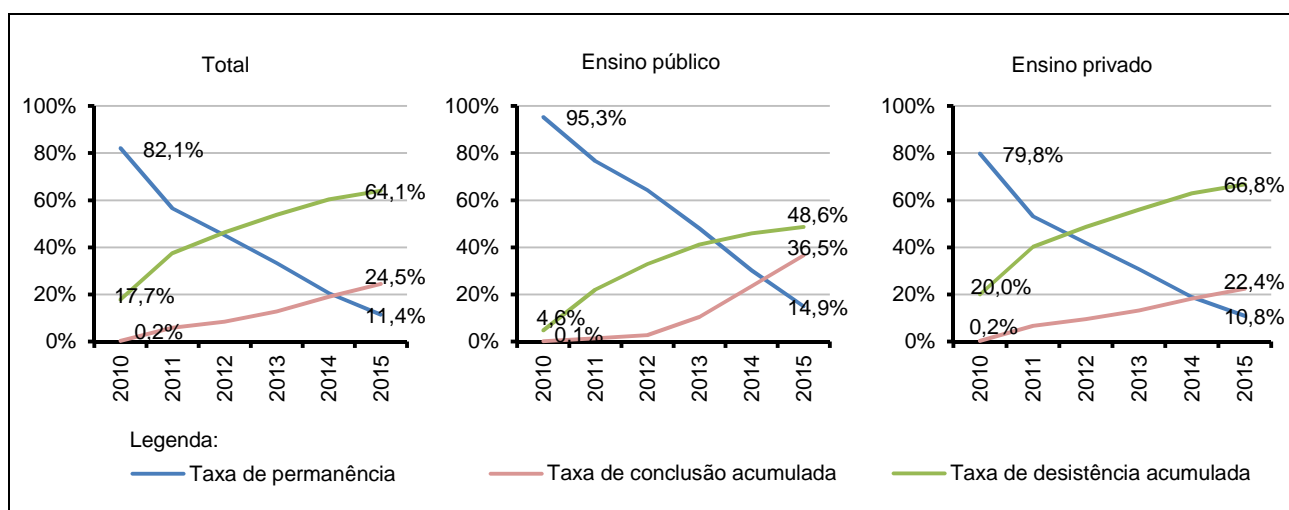
O estudo dividiu a organização acadêmica das instituições em: universidade; centro universitário; faculdade; instituto federal de educação, ciência e tecnologia; e centro federal de educação tecnológica. No RS, as universidades apresentaram a maior taxa de desistência acumulada 2010-15 (65,6%), enquanto os institutos federais de educação, ciência e tecnologia registraram a

menor (50,9%). A taxa de conclusão acumulada, no mesmo período, dos centros universitários foi a menor (20,1%), ao mesmo tempo em que a dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia foi a maior (32,5%).

Quanto ao grau acadêmico, os cursos foram classificados em: bacharelado, licenciatura e tecnológico. Na trajetória em análise, no RS, o bacharelado apresenta a maior taxa de permanência (15,4%); a licenciatura, a maior taxa de conclusão acumulada (31,6%); e o tecnológico, a maior taxa de desistência acumulada (66,7%).

A viabilização do cálculo de indicadores de trajetória acadêmica representa um grande avanço para os estudos na área da educação. O mapeamento dos indicadores de trajetória dos alunos no ensino superior possibilita a compilação de uma base de dados longitudinal dos estudantes, conferindo precisão às informações e ampliando as possibilidades de análise, que podem tanto revelar importantes evidências a respeito da eficiência do sistema de ensino, quanto apontar os meios para se reduzirem as taxas de desistência escolar e se elevarem as taxas de conclusão dos cursos nas instituições de ensino brasileiras.

Indicadores de trajetória da educação superior no RS — 2010-15



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Indicadores de Fluxo da Educação Superior do INEP.

Ranking das grandes áreas dos cursos segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em relação às maiores taxas de conclusão acumulada e às menores taxas de desistência acumulada no RS — 2010-15

(%)

| POSIÇÃO | NOME DA GRANDE ÁREA DO CURSO SEGUNDO A OCDE | TAXA DE CONCLUSÃO ACUMULADA | POSIÇÃO | NOME DA GRANDE ÁREA DO CURSO SEGUNDO A OCDE | TAXA DE DESISTÊNCIA ACUMULADA |
|---------|---|-----------------------------|---------|---|-------------------------------|
| 1.º     | Serviços .....                              | 32,0                        | 1.º     | Agricultura e veterinária .....             | 52,3                          |
| 2.º     | Educação .....                              | 31,5                        | 2.º     | Engenharia, produção e construção           | 61,9                          |
| 3.º     | Agricultura e veterinária .....             | 30,3                        | 3.º     | Ciências sociais, negócios e direito ..     | 62,5                          |
| 4.º     | Humanidades e artes .....                   | 26,1                        | 4.º     | Humanidades e artes .....                   | 62,7                          |
| 5.º     | Ciências sociais, negócios e direito ..     | 23,1                        | 5.º     | Serviços .....                              | 63,2                          |
| 6.º     | Saúde e bem-estar social .....              | 21,9                        | 6.º     | Educação .....                              | 64,5                          |
| 7.º     | Ciências, matemática e computação           | 18,0                        | 7.º     | Saúde e bem-estar social .....              | 68,9                          |
| 8.º     | Engenharia, produção e construção           | 12,5                        | 8.º     | Ciências, matemática e computação           | 69,1                          |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Indicadores de Fluxo da Educação Superior do INEP.



# Ciclos na economia gaúcha: em busca de fatos estilizados

**Fernando Cruz**

[fernando.cruz@fee.tche.br](mailto:fernando.cruz@fee.tche.br)

**Pesquisador em Economia da FEE**

O ano de 2017 trouxe boas notícias para a economia brasileira. Em 30 de outubro, o Comitê de Datação dos Ciclos Econômicos (Codace-IBRE-FGV) anunciou que a recessão nacional iniciada no segundo trimestre de 2014 tivera fim no último trimestre de 2016. Com duração de 11 trimestres, a última recessão foi a mais duradoura desde a redemocratização, juntamente com a de 1989-92. Apesar de não haver, formalmente, uma cronologia dos ciclos na economia gaúcha, é provável que a recessão no Rio Grande do Sul tenha apresentado duração similar, dado que as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) estadual (trimestre sobre mesmo trimestre do ano anterior) tornaram-se negativas a partir do segundo trimestre de 2014 e deixaram de sê-lo após o quarto trimestre de 2016, juntamente com as do Brasil. As recessões, contudo, não são todas iguais, assim como os períodos de crescimento econômico. Os diferentes setores possuem idiosincrasias que acentuam ou atenuam os distintos períodos cíclicos da economia gaúcha. Por exemplo, em 2012, o baque provocado pela seca no setor agropecuário trouxe consequências para o restante da economia regional. Diante disso, perguntas como “qual é o componente mais volátil no ciclo do PIB?” ou “qual deles tem maior correlação com o produto agregado?” merecem ser respondidas.

Existem diferentes maneiras de estudar os ciclos econômicos, por exemplo, entendendo-os como desvios em torno de uma tendência de crescimento de longo prazo, que se modifica lentamente no tempo. Como não é possível observar diretamente esses ciclos, os economistas costumam valer-se de uma gama de técnicas estatísticas para estimá-los, sendo uma das mais tradicionais o chamado “filtro HP”. Esse filtro foi aplicado nas séries históricas trimestrais do Rio Grande do Sul com ajuste sazonal do índice de volume do Valor Adicionado Bruto (VAB) da agropecuária, da indústria e dos serviços, bem como nas de VAB total, impostos e PIB, para isolarmos o respectivo componente cíclico de cada um desses indicadores. O período de análise vai do 1.º trim./2002 ao 3.º trim./2017. Os ciclos obtidos através desse procedimento podem ser visualizados na Figura 1.

Computando algumas estatísticas simples, como desvio-padrão e coeficiente de correlação das estimativas supracitadas — disponíveis no Quadro 1 — é possível iniciar a busca por “fatos estilizados” dos ciclos econômicos no Rio Grande do Sul. Em primeiro lugar, a agropecuária é aquela que apresenta ciclos com maior volatilidade dentre as três principais atividades da economia: cinco vezes a dos ciclos do PIB. Dada a maior exposição a choques climáticos, os quais causam grandes oscilações na produção agrícola, podem ser observadas também variações bruscas no volume de produção da atividade. No período sob análise, as secas de 2004-05 e 2012 ilustram o argumento: na primeira, houve um desvio de até 49% em relação à tendência de longo prazo, enquanto, na segunda, o descolamento em relação à tendência chegou a 63%. Por outro lado, o setor de serviços — composto pelas atividades de comércio, transporte, serviços de informação, financeiro, administração pública e outros serviços — é o que apresenta ciclos mais estáveis. Uma hipótese que permite explicar esse resultado é a de que as famílias podem proteger-se das variações de renda, poupando uma maior parte dela em tempos de bonança ou mesmo tomando empréstimos para financiar seus gastos durante períodos de desemprego, o que resulta

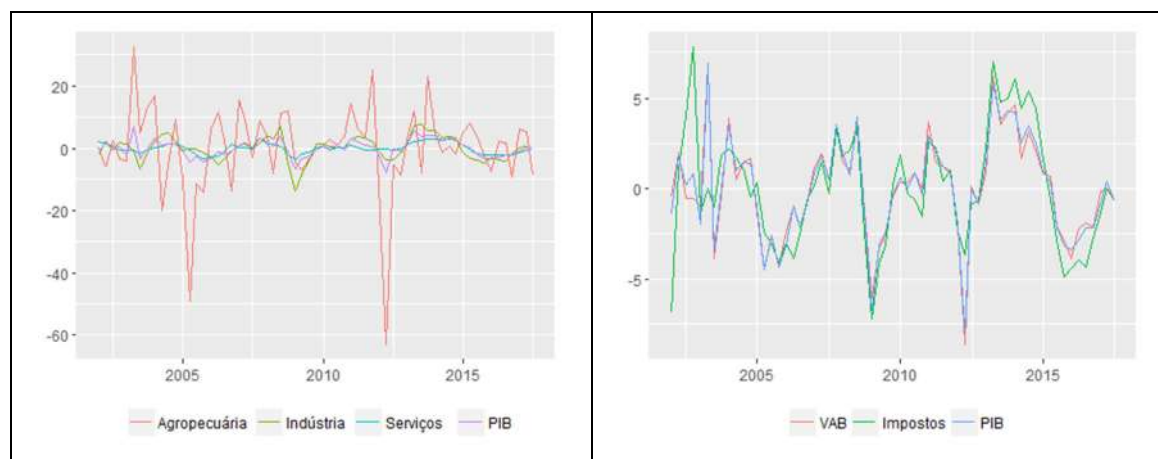
em maior estabilidade do consumo. Como boa parte do comércio — componente de maior peso nos serviços gaúchos — refere-se ao comércio varejista, que, em última instância, atende ao consumo das famílias, a estabilidade no consumo reflete-se em maior estabilidade nos ciclos do comércio e, dessa forma, dos serviços. Além disso, as atividades de outros serviços — que incluem atividades artísticas, serviços de manutenção de computadores, educação e saúde mercantil, serviços de alimentação, dentre outros — e de administração e serviços de educação e saúde públicas tendem a apresentar poucas flutuações.

Um segundo grupo de “fatos estilizados” pode ser explorado observando-se as correlações entre os diferentes componentes do produto agregado gaúcho. Os ciclos do PIB, por exemplo, estão mais correlacionados com os ciclos na atividade industrial do que nas demais, reforçando a ideia de que a indústria é um setor-chave para compreender o *timing* das flutuações da atividade econômica agregada do Estado, e vice-versa. Ademais, há também uma maior correlação entre as flutuações na arrecadação de impostos e os movimentos cíclicos da indústria do que no restante das séries analisadas. Por outro lado, os ciclos, tanto no setor de serviços, devido ao seu peso, quanto no setor agropecuário, por sua integração com a indústria local, apresentam também alta correlação com o PIB, não devendo ser ignorados em análises conjunturais, sobretudo em momentos de inflexão na atividade econômica.

Em suma, para compreender a dinâmica da economia regional, as interações entre seus diferentes setores, as fontes e as consequências de suas flutuações cíclicas não bastam apenas conjecturas, é preciso olhar os fatos. Diante disso, o texto buscou identificar alguns possíveis “fatos estilizados” da economia regional. A robustez desses fatos, contudo, precisa ser confirmada ainda em estudos vindouros. Ademais, conforme a economia e a própria sociedade se transformam, é preciso também estar atento a que novos fatos venham a suprimir os anteriores no caso de quebras estruturais nas séries. Como observou certa vez o prêmio Nobel de economia, Paul Samuelson, “[...] quando os eventos mudam, eu mudo de opinião. O que você faz?”.

Figura 1

Ciclos nos índices de volume das atividades no RS — 1.ºtrim./2002-3.ºtrim./2017



FONTES DOS DADOS BRUTOS: FEE.

NOTA: Para extração dos ciclos, aplicou-se o logaritmo neperiano nos números-índices, multiplicando em seguida as séries resultantes por 100. Após esse procedimento, aplicou-se o filtro HP com  $\lambda = 1600$ , valor usual para dados trimestrais.

Quadro 1

Matriz de correlação e desvio-padrão dos ciclos por atividade no RS — 1.ºtrim./2002-3.ºtrim./2017

| DISCRIMINAÇÃO       | AGROPECUÁRIA | INDÚSTRIA | SERVIÇOS | VAB  | IMPOSTOS | PIB  |
|---------------------|--------------|-----------|----------|------|----------|------|
| Agropecuária .....  | 1,0          | 0,17      | 0,1      | 0,65 | 0,29     | 0,61 |
| Indústria .....     | -            | 1,0       | 0,74     | 0,74 | 0,79     | 0,77 |
| Serviços .....      | -            | -         | 1,0      | 0,69 | 0,74     | 0,72 |
| VAB .....           | -            | -         | -        | 1,0  | 0,74     | 0,99 |
| Impostos .....      | -            | -         | -        | -    | 1,0      | 0,81 |
| PIB .....           | -            | -         | -        | -    | -        | 1,0  |
| Desvio-padrão ..... | 14,9         | 3,91      | 1,65     | 2,79 | 3,27     | 2,8  |

FONTES DOS DADOS BRUTOS: FEE.

# Indústrias brasileira e gaúcha: que recuperação é essa?

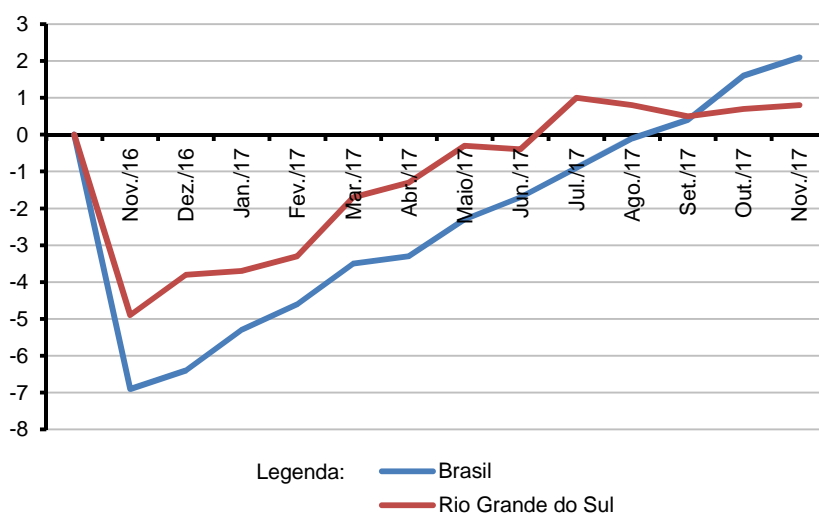
Clarisse Chiappini Castilhos

[castilhos@fee.tche.br](mailto:castilhos@fee.tche.br)

Pesquisadora em Economia  
da FEE

Em 2013, a indústria brasileira iniciou um movimento de queda que alcançou sua menor taxa anualizada em janeiro de 2016 (-13,4%), em relação a igual acumulado do ano anterior. Desde então, iniciou-se uma branda recuperação, e, em setembro de 2017, houve a sinalização do primeiro resultado positivo (0,5%). No período nov./16-nov./17, essa taxa de crescimento passou de -7,3% para 2,2%, obtendo-se um ganho de 9,5 pontos percentuais. Em dez./17, a tendência de recuperação manteve-se, sendo registrada uma taxa de 2,5% (informação de dezembro disponível apenas para o Brasil). No período referido, o Rio Grande do Sul apresentou a mesma tendência positiva com taxas superiores às brasileiras, mas, a partir de out./17, o Brasil ultrapassou os resultados estaduais (ver gráfico).

Taxa de crescimento da produção física industrial no Brasil e no RS — nov./2016-nov./2017



Legenda: — Brasil

— Rio Grande do Sul

FONTES DOS DADOS BRUTOS: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal.

NOTA: Variação percentual acumulada 12 meses com relação aos últimos 12 meses anteriores.

Uma análise qualitativa desse desempenho requer a decomposição do agregado indústria geral nos dois grandes grupos que o compõem (indústria de transformação e extrativa mineral), sendo que essa informação desagregada é disponível apenas para o Brasil (IBGE/PIM). Entre dez./16 e dez./17, a indústria de transformação brasileira passou de -6,0% para 2,2%, uma variação de 8,2 pontos percentuais. Já a indústria extrativa mineral evoluiu de -9,4% para 4,6%, uma variação positiva de 14 pontos percentuais. Ainda que o peso da extração mineral sobre o total da produção industrial seja muito inferior ao da indústria de transformação, chama a atenção o crescimento que aquela vem obtendo na última década em relação ao grupo de atividades de transformação.

Na indústria de transformação brasileira, em nov./17, os melhores resultados foram registrados nas atividades produtoras de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (20,2%), fumo (17,6%) e veículos automotores, reboques e carrocerias (16,7%). O intenso crescimento de equipamentos de informática reflete o aquecimento do mercado doméstico por produtos eletrônicos em consonância com a atual tendência mundial. Porém, no Brasil, essa atividade possui um menor efeito multiplicador, uma vez que uma parcela muito significativa de componentes eletrônicos é im-



portada, sobretudo aqueles mais intensos em tecnologia. A indústria de fumo, por sua vez, tem como base de comparação um período de forte queda, causada por problemas climáticos que reduziram a oferta de matéria-prima para processamento em 2016, o que requer uma relativização do resultado alcançado em 2017. A produção de veículos automotores foi favorecida por certo aquecimento do mercado doméstico sob possível influência da queda das taxas de juros e pela liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) no segundo trimestre de 2017. Além disso, a expansão das vendas externas foi muito significativa, devido à recuperação do mercado da Argentina, principal mercado externo de autoveículos, bem como aos recentes acordos comerciais, como é o caso da Colômbia.

Os piores resultados foram registrados por fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-4,2%), fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (-5,3%) e fabricação de produtos farmacêuticos e químicos (-6,5%). A indústria de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (-11,9%) é bastante diversificada e inclui muitas atividades classificadas como alta e média-alta intensidade tecnológica para o contexto da indústria brasileira. O primeiro item citado abarca a fabricação de componentes e equipamentos destinados à geração e à distribuição de energia elétrica, cabos de fibra ótica, peças para máquinas e equipamentos, dentre outros. Liga-se, portanto, à construção de bens que fazem parte das novas tecnologias de informação e telecomunicação (TICs) e à transmissão de energia, ou seja, bens de alta e média-alta tecnologia. O segundo grupo, cujo principal valor reside na atividade das refinarias de petróleo acumulou prejuízos nos últimos anos, em decorrência de várias razões. Por um lado, foi afetado pela queda do preço internacional do petróleo, assim como pela política de preços inferiores aos preços internacionais, praticada em 2013 no mercado interno, com o intuito de manter a inflação baixa. Também é importante lembrar que a Petrobras foi o principal foco da crise institucional e de desestruturação das estatais que hoje abala a economia brasileira. A modificação recente da legislação relativa ao controle da Petrobras, das reservas de petróleo e do pré-sal contribuiu para os resultados negativos da produção de petróleo e de produtos petroquímicos. O conjunto de problemas enfrentados pela Petrobras repercutiu diretamente sobre seus fornecedores, em particular os produtores de plataformas marítimas, bem como provocou impactos negativos sobre sua capacidade de ser utilizada como instrumento de desenvolvimento de sua cadeia produtiva no Brasil, sobretudo em termos tecnológicos e de estímulo à modernização e à inovação dos fornecedores. Além disso, vem implicando a perda de empregos altamente qualificados. Pode-se supor que os problemas enfrentados pela empresa tenham influenciado também a queda da atividade de outros equipamentos de transporte, que abrange, dentre outros, a produção de embarcações e estruturas flutuantes.

No RS, conforme a taxa acumulada nos últimos 12 meses até nov./17, os melhores desempenhos foram alcançados por fabricação de produtos do fumo, que passou de -30,1% (nov./2016) para 33% (nov./2017), afirmando-se como o principal responsável pelo resultado ainda positivo da indústria gaúcha. Seguem fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (de -5,3% para 9,4%), fabricação de bebidas (de -11,5% para 6%), fabricação de produtos de borracha e de material plástico (de -8,5% para 5,8%) e metalurgia (de -1,1% para 3,1%). Também apresentaram resultados positivos, porém muito próximos da média da indústria de transformação, as atividades de outros produtos químicos, minerais não metálicos e máquinas e equipamentos. A indústria gaúcha de veículos automotores, reboques e carrocerias cresceu apenas 1% contra os 16,7% obtidos no Brasil.

Os piores resultados ocorreram em fabricação de celulose, papel e produtos de papel (40,3% para -15,7%), provavelmente em decorrência da fraca demanda internacional, uma vez que o RS produz principalmente matérias-primas para exportação. Seguindo o mesmo fraco desempenho brasileiro, e pelas mesmas razões, fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis passaram de -10,1% para -8,2%. As indústrias gaúchas de calçados e de móveis, duas atividades tradicionais e com grande capacidade de absorção de mão de obra, também obtiveram resultados negativos, embora menos acentuados do que as citadas anteriormente.

# Lei de Acesso à Informação e dados abertos: possibilidades e desafios a partir da experiência federal

Ana Júlia Possamai

[ana.possamai@fee.tche.br](mailto:ana.possamai@fee.tche.br)

Pesquisadora em Ciência Política da FEE

Vitoria Gonzatti de Souza

[vitoriags@fee.tche.br](mailto:vitoriags@fee.tche.br)

Bolsista de iniciação científica da FAPERGS

O paradigma dos dados abertos governamentais — *open government data* (OGD)<sup>2</sup> — vem ganhando espaço na agenda da gestão pública brasileira, especialmente a partir do protagonismo desempenhado pelo país na Open Government Partnership, em 2011. Na ocasião, o Brasil assumiu compromissos nos campos da participação, da colaboração, do combate à corrupção e da transparência, tendo como suporte fundamental o emprego das Tecnologias de Informação e Comunicação. Como resultado imediato dessa participação, foi aprovada a Lei de Acesso à Informação (LAI) (Lei n.º 12.527, de 2011), que regulou o direito de acesso à informação previsto na Constituição Federal de 1988, e foi criado o Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](http://dados.gov.br)).

A LAI foi pioneira no mundo a incorporar o paradigma dos OGD em seus dispositivos, mais precisamente no Art. 8.º. Contudo, foi com a publicação do Decreto n.º 8.777 de 2016, que editou a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, que a questão foi efetivamente elevada na agenda governamental. Além de organizar e planejar a publicação de OGD, a Política incluiu a possibilidade de pedido de abertura de base de dados por meio dos mesmos procedimentos de solicitação de acesso à informação criados pela LAI. À experiência federal, seguiram-se outras subnacionais, com destaque para a criação do Portal DADOS RS ([dados.rs.gov.br](http://dados.rs.gov.br)) e a Política de Dados Abertos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (Decreto Estadual n.º 53.523 de 2017).

Potencialmente, a publicação, o acesso e a reutilização de OGD estão associados a maior transparência, controle social, participação, gestão e colaboração governo-sociedade, em um processo de retroalimentação que aponta para o fortalecimento da democracia e da capacidade estatal. Por conseguinte, interessa investigar quais as condições para a institucionalização desse paradigma no Brasil desde o ponto de vista da prática normativa. Isso porque avaliar as possibilidades de abertura de dados implica delimitar, primeiramente, quais dados governamentais são passíveis de acesso e quais não o são — bem como verificar se esse direito de acesso tem sido garantido.

Em consonância com jurisprudência internacional, a LAI adota os princípios da divulgação máxima, em que o acesso é a regra, e o sigilo, a exceção. Disso, decorre de imediato o primeiro desafio à institucionalização dos dados abertos: as hipóteses de restrição de acesso à informação. A LAI e sua regulamentação no âmbito da Administração Pública Federal (APF) (Decreto n.º 7.724 de 2012) preveem restrições de natureza substancial ou procedimental (CUNHA FILHO, 2017)<sup>3</sup>. Dentre as primeiras, configuram as hipóteses relacionadas ao conteúdo da solicitação de informação, que pode ser objeto de classificação por requisitos de segurança, sigilo originário (informações pessoais) ou sigilo legal (bancário, fiscal, propriedade intelectual,

<sup>2</sup> Dados públicos, produzidos, coletados ou custodiados por órgãos estatais e disponibilizados na Web em formato aberto (não proprietário), estruturado e compreensível logicamente por máquina, de modo que qualquer um possa livremente acessar, reutilizar, modificar e redistribuir, para quaisquer finalidades — estando sujeito a, no máximo, exigências de creditar a sua autoria e compartilhar sob a mesma licença.

<sup>3</sup> CUNHA FILHO, M. Right to Information in Brazil: tensions between transparency and control of information. *Law and Politics in Africa, Asia and Latin America*, 51, (no prelo).

etc.). No segundo caso, enquadram-se os pedidos cuja apresentação e/ou atendimento possam colidir com outros princípios da Administração Pública ou com o direito de outros cidadãos. Nesse caso, incluem-se os pedidos genéricos, desproporcionais ou que exijam trabalho adicional (Art. 13.º do Decreto n.º 7.724 de 2012). Este último merece especial atenção, tendo em vista que a publicação ou o fornecimento de dados em formato aberto envolve, necessariamente, uma mudança nas formas de armazenamento, organização, classificação e publicação das informações públicas — e, portanto, certamente implicará esforços para reconfigurar práticas e processos. No caso brasileiro, isso é especialmente caro, sobretudo quando se leva em consideração padrões proprietários (fechados), legados por anos de contratação externa de recursos de tecnologia da informação (TI) e incorporados na rotina de órgãos e entidades públicos.

Com efeito, dos pedidos de acesso à informação e respostas protocolados junto ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) federal entre julho de 2015 e julho de 2017, uma análise de conteúdo a partir de termos pré-estabelecidos e de maior ocorrência<sup>4</sup> revela que foram protocolados 699 pedidos de abertura de dados ou análogos, dos quais cerca de 8% foram negados. Desses, 20% o foram com base na justificativa de exigência de trabalho adicional. Ademais, verificou-se que são poucos os casos em que são esclarecidas objetivamente não só as razões de direito, mas também as razões de fato para negar esse acesso, conforme orienta a Controladoria Geral da União (CGU). Isto é, não esclarecem o nexo entre o atendimento do pedido e os possíveis impactos em termos de rotina e prestação de serviços (por exemplo, o número de horas e servidores destacados para tanto).

A possibilidade de recurso em quatro instâncias tampouco significa direito de acesso à informação assegurado. Dos 25 recursos de pedidos de dados em formatos específicos, bases de dados brutos ou com algum tipo de (des)agregação que chegaram à última instância no período analisado, apenas dois foram deferidos e um foi parcialmente deferido. A análise dos recursos evidencia também a ampla utilização da hipótese processual de trabalho adicional, de imediato ou ao longo das diferentes instâncias. Casos iniciais de restrição de acesso por sigilo fiscal, por exemplo, justificaram trabalho adicional nas instâncias subsequentes, sendo sua aplicação raramente questionada pela CGU.

Portanto, a despeito dos avanços registrados com a LAI, a amplitude das hipóteses de negativa de acesso à informação oferece desafios à realização do direito à informação e, especificamente, à adoção do paradigma dos OGD. Isso porque, dada a cultura do segredo das burocracias e o desconhecimento dos cidadãos sobre as informações sob a guarda estatal, a legislação vigente abre espaço para negativas deliberadas de acesso, ainda que legalmente abrigadas sob a institucionalidade corrente. Diante desse quadro, cabe esperar que a institucionalização da Política de Dados Abertos e a crescente disponibilização de OGD por meio de transparência ativa (portais) consigam demonstrar que, ao contrário do ônus percebido inicialmente (“trabalho adicional”), a reorientação da produção e da gestão da informação contribui no sentido contrário, isto é, na economia de recursos — por meio seja da redução de pedidos via transparência passiva, seja da organização mais eficiente e menos redundante das informações, qualificando a tomada de decisão. Enquanto isso, reitera-se a importância do papel do controle social sobre a implementação da LAI *de facto*, e não apenas *de jure*.

---

<sup>4</sup> Quais sejam: dado aberto/*open data*; formato aberto; desagregado; dado bruto; formato estruturado; em csv/ em .csv/ formato csv/ formato .csv (e variações: xml, txt) — e respectivas flexões de gênero e número.

## Desigualdades sociodemo- gráficas maternas e o pré-natal inadequado

**Marilyn Agranonik**

[marilyn@fee.tche.br](mailto:marilyn@fee.tche.br)

**Pesquisadora em Estatística da FEE**

Nos últimos anos, o Rio Grande do Sul tem apresentado uma das menores taxas de mortalidade infantil do Brasil. Em 2015, essa taxa foi de 10,1 óbitos por 1.000 nascimentos, superior apenas à de Santa Catarina, de 9,9 por 1.000. Contudo, a proporção de óbitos infantis evitáveis no Rio Grande do Sul, nesse mesmo ano, atingiu 67,4%. Essas mortes são aquelas que poderiam ter sido evitadas total ou parcialmente através de ações efetivas dos serviços de saúde, considerando as tecnologias disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS). As práticas preventivas englobam ações de imunoprevenção, adequada atenção à mulher na gestação, adequada atenção à mulher no parto, adequada atenção ao recém-nascido, ações adequadas de diagnóstico e tratamento e ações de promoção à saúde. Dentre as causas de óbito em menores de um ano consideradas evitáveis, aquelas relacionadas à assistência pré-natal foram as únicas que apresentaram aumento no período de 2000 a 2015. Em 2015, os óbitos infantis evitáveis por adequada atenção à mulher na gestação representaram 32% do total de óbitos e 48% dentre os evitáveis no Estado.

O conceito de assistência pré-natal adequada engloba vários aspectos, como mês de início, quantidade de consultas realizadas, exames solicitados durante a gestação e informações fornecidas à gestante. Além disso, um apropriado acompanhamento pré-natal depende da qualidade e da eficiência da assistência prestada nos serviços de saúde. O Ministério da Saúde criou, em junho de 2000, o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN), que preconizou os parâmetros mínimos para uma adequada assistência durante a gestação. Esse programa tinha como objetivo reduzir as altas taxas de morbimortalidade materna e perinatal do País, ampliar o acesso ao pré-natal, estabelecer critérios para qualificar as consultas e promover o vínculo entre a assistência ambulatorial e o parto. Através do PHPN, foi estabelecido também um pacote mínimo de exames laboratoriais (hematócrito/hemoglobina, glicemia de jejum, exame de sífilis, tipo sanguíneo, exame simples de urina e oferta de anti-HIV). Em agosto de 2011, o Programa Rede Cegonha começou a ser implementado no Rio Grande do Sul com o objetivo de garantir o atendimento qualificado a gestantes e crianças de até dois anos. Esse programa proporciona a realização de consultas nas unidades básicas de saúde (UBS), incluindo a realização dos exames recomendados, que visam identificar e tratar doenças que podem trazer riscos à saúde da mãe ou da criança.

A partir de dados do Sistema de Informação sobre o Nascido Vivo (Sinasc) — disponibilizados pelo Núcleo de Informações em Saúde da Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul (NIS-DGTI-SES-RS) —, é possível avaliar os fatores associados ao pré-natal adequado, no que se refere ao mês de início e ao número de consultas por idade gestacional. Conforme as recomendações do Ministério da Saúde, o pré-natal foi considerado adequado quando: (a) iniciado pela gestante até o quarto mês de gestação; e (b) realizadas, no mínimo, seis consultas para uma gestação com duração superior ou igual a 37 semanas ou um menor número de acordo com a idade gestacional no parto (três consultas até 29 semanas, quatro consultas de 30 a 33 semanas e cinco consultas de 34 a 36 semanas); nas demais situações, o pré-natal foi considerado inadequado.

Dentre os 557.332 nascimentos registrados de 2012 a 2015 no Rio Grande do Sul, 99,8% ocorreram em hospital ou outro estabelecimento de saúde. A população de gestantes que residiam no Rio Grande do Sul no momento do nascimento de seu filho foi composta, em maior frequência, por adultas jovens de 20 a 34 anos (69,3%), brancas (83,2%), com oito a 11 anos de estudo (54,5%), vivendo com companheiro (50,1%). A proporção de consultas insuficientes de pré-natal decresceu aproximadamente 8%, caindo de 18,3% em 2012 para 16,8% em 2015. De forma semelhante, ocorreu uma queda de 10% na prevalência de gestantes que não realizaram nenhuma consulta de pré-natal, atingindo 2,1% em 2015.

Na tabela, são apresentados dados para a proporção de pré-natal ausente, insuficiente ou adequado, segundo características maternas e de assistência. Em relação às características maternas, verificou-se que, quanto menor for o grau de instrução, maior será a proporção pré-natal insuficiente: o grupo com baixa escolaridade possui uma chance 4,2 vezes maior de não realizar o número adequado de consultas do que o grupo com mais de 12 anos de estudo. Evidencia-se, ainda, que, quanto menor for a idade materna, maior será a proporção de consultas insuficientes ou de nenhuma consulta. Além disso, destaca-se que a chance de uma gestante não branca realizar uma quantidade insuficiente de consultas é 1,7 vez maior do que a de uma gestante branca, de forma semelhante ao que ocorre ao se comparar gestantes vivendo sem e com companheiro.

Apesar da criação de programas como o PHPN, que busca a equidade e a qualidade da assistência pré-natal, persistem fortes desigualdades associadas ao pré-natal inadequado. Foi observado um aumento da cobertura entre 2012 e 2015, entretanto as consultas de pré-natal foram insuficientes e/ou iniciaram tardiamente para aproximadamente 110.000 mulheres nesse período. Verificou-se que fatores não relacionados a necessidades em saúde, como escolaridade, situação conjugal e cor da pele materna, são determinantes do acesso e da utilização dos serviços de pré-natal. A partir desses resultados, ressalta-se a importância de campanhas que incentivem a realização e auxiliem no acesso a consultas de pré-natal desde o primeiro trimestre da gestação, especialmente para grupos de gestantes adolescentes, não brancas e de baixa escolaridade.

Número de casos e proporção de pré-natal ausente, insuficiente ou adequado, segundo características maternas e de assistência, no Rio Grande do Sul — 2012-15

| CARACTERÍSTICAS                            | NÚMERO DE CASOS | PRÉ-NATAL            |                  |              |
|--|-----------------|----------------------|------------------|--------------|
|  |                 | Nenhuma Consulta (%) | Insuficiente (%) | Adequado (%) |
| <b>Total</b> .....                         | 557.332         | 2,2                  | 14,0             | 83,8         |
| <b>Idade materna</b>                       |                 |                      |                  |              |
| De 10 a 19 anos .....                      | 85.981          | 2,4                  | 27,7             | 70,0         |
| De 20 a 34 anos .....                      | 386.391         | 2,2                  | 16,3             | 81,5         |
| 35 anos ou mais .....                      | 84.953          | 2,2                  | 13,3             | 84,5         |
| <b>Escolaridade materna</b>                |                 |                      |                  |              |
| De 0 a 3 anos .....                        | 12.605          | 5,4                  | 29,4             | 65,2         |
| De 4 a 7 anos .....                        | 124.561         | 3,4                  | 26,5             | 70,1         |
| De 8 a 11 anos .....                       | 302.260         | 1,7                  | 17,5             | 80,9         |
| 12 anos ou mais .....                      | 115.580         | 1,9                  | 7,0              | 91,1         |
| <b>Raça/cor materna</b>                    |                 |                      |                  |              |
| Branca .....                               | 454.525         | 1,9                  | 15,9             | 82,2         |
| Não branca .....                           | 91.641          | 3,4                  | 27,1             | 69,5         |
| <b>Vive com companheiro</b>                |                 |                      |                  |              |
| Não .....                                  | 276.879         | 2,9                  | 22,5             | 74,6         |
| Sim .....                                  | 277.437         | 1,5                  | 12,6             | 85,9         |
| <b>Local de nascimento</b>                 |                 |                      |                  |              |
| Hospital ou outro estabelecimento de saúde | 556.032         | 2,1                  | 17,5             | 80,3         |
| Domicílio, outro .....                     | 1.297           | 34,1                 | 32,7             | 33,2         |

FONTE DE DADOS BRUTOS: Ministério da Saúde/Sinasc.



# Evolução da contribuição para a Previdência Social entre os ocupados na RMPA — 2010-17

**Jorge Augusto Silveira  
Verlindo**

[verlindo@fee.tche.br](mailto:verlindo@fee.tche.br)

**Pesquisador em Sociologia  
da FEE**

A contribuição para a Previdência Social é um importante indicador para verificar a formalização e também para se ter uma aproximação quanto à precarização que atinge os trabalhadores ou certa parcela deles em dado mercado de trabalho. Juntamente com outros indicadores, é utilizada, inclusive, para a elaboração de índices de precarização mais precisos. Pretende-se, aqui, alcançar um objetivo mais modesto: acompanhar a evolução dos que contribuem para a Previdência Social em um período relativamente curto (2010-17) e verificar em que medida a crise econômica dos anos mais recentes afetou o mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), fazendo com que mais trabalhadores deixassem de contribuir. O fato de o trabalhador não contribuir para a Previdência deixa-o em posição mais vulnerável, sem proteção social. A contribuição para a Previdência proporciona acesso não só à aposentadoria (por idade, por tempo de contribuição, por invalidez, para pessoa com deficiência) como também a uma série de auxílios (auxílio-doença, auxílio-acidente, auxílio-reclusão), pensões (salário-família, salário-maternidade) e seguro-desemprego para pescadores artesanais (seguro-defeso).

Na RMPA, considerando o período 2010-14, o número de empregados em termos de variação absoluta foi positivo para os assalariados com relações de trabalho protegidas, enquanto houve decréscimo para os que não estavam protegidos pela legislação. No ano de 2010, os trabalhadores com carteira assinada eram 49,2% dos ocupados, e o setor público respondia por 12,2%. No conjunto, 61,4% dos ocupados estavam com relações de trabalho protegidas. Houve aumento da proteção trabalhista quando se vê que, em 2014, 52,8% dos trabalhadores tinham carteira assinada e 12,4% estavam no serviço público. Somando essas duas categorias, tem-se um total de 65,2% de ocupados com proteção trabalhista, a maior proporção da série histórica iniciada em 1993. Em 2017, no terceiro ano da crise econômica, os trabalhadores com carteira assinada representavam 53,8% dos ocupados, e o setor público respondia por 10,1%. Na soma, têm-se 63,9%. Houve, portanto, diminuição na proteção trabalhista em relação a 2014. Será que os dados referentes à contribuição para a Previdência Social confirmariam que houve diminuição também na proteção social, correspondendo a um período de desorganização e precarização do trabalho em 2015-17?

O trabalho não organizado é um conceito utilizado por economistas e sociólogos do trabalho no âmbito das discussões sobre o trabalho informal desde o começo dos anos 70. A definição analítica do Programa Regional de Emprego para a América Latina (PREALC) da Organização Internacional do Trabalho, que difundiu o termo Setor Informal Urbano (SIU), refere-se a pequenas empresas e/ou indivíduos ocupados em atividades não organizadas (em um duplo sentido: não organizadas em termos capitalistas e em termos jurídicos), que utilizam processos tecnológicos simples e que estão inseridas em mercados competitivos. No Brasil, é utilizado com variações para referir-se a trabalhadores que não estão submetidos à lógica capitalista e às relações típicas como o assalariamento e contratos trabalhistas regularizados. Márcio Porchman, Claudio Dedecca e José Celso Cardoso Jr. são alguns dos autores que realizam essa discussão. Já o trabalho precarizado é aquele em que direitos e garantias são diminuídos e que não, necessariamente, está ligado ao setor informal.

No total de ocupados na RMPA, há vários tipos de posição na ocupação: assalariado do setor privado, assalariado do setor público, autônomo, empregador, empregado doméstico, trabalhador familiar, dono de negócio familiar e outros. A comparação entre os que contribuem para a Previdência, levando-se em conta os assalariados (dos setores privado e público), autônomos e empregados domésticos, pode esclarecer se a crise atingiu os trabalhadores mais vulneráveis (com menos proteção trabalhista e social).

A proporção dos trabalhadores do setor privado que contribui para a Previdência vinha aumentando: 87,4% em 2010, 91,8% em 2014 e 93,0% em 2015. Porém, em 2016, no segundo ano da crise, passou a ser 92,4%. Uma queda de 0,6 ponto percentual no intervalo de um ano. Houve recuperação em 2017, atingindo 93,1%. Já os trabalhadores do setor público continuaram aumentando sua proporção no grupo dos contribuintes, mesmo nos dois primeiros anos de crise: passaram de 89,2% em 2010 para 91,5% em 2014 e para 92,6% em 2016. Porém, em 2017, no terceiro ano da crise, houve pequena redução dos contribuintes para 92,4%. Os autônomos tiveram um enorme avanço quanto à parcela dos que contribuíam pra a Previdência entre 2010 e 2015. Em 2010, eram apenas 33,9% e chegaram a 47,0% em 2015. Contudo, em 2016, houve retração e passaram a ser 45,8% (menor que em 2014) e despencaram para 39,8% em 2017. O emprego doméstico (mensalistas e diaristas) vinha aumentando sua contribuição ano a ano, chegando ao máximo de 60,3% em 2014. Em 2015, teve uma queda, levando as contribuintes a serem 59,2% do total do emprego doméstico. Em 2016, permaneceu relativamente estável, com 59,3%, e caindo novamente para 58,8% em 2017. É importante ressaltar que o nível de formalização na RMPA, no total de ocupados, continuou aumentando, mesmo nos anos de crise, evidenciando um mercado de trabalho em que predominam bons índices de formalização. Outro aspecto a ser levado em conta é que tanto autônomos como empregados domésticos partem de patamares bem mais baixos de contribuição social em relação a outras posições na ocupação e foram os trabalhadores que mais cresceram na contribuição. Com os dados acima, pode-se concluir que a crise quanto à precarização afetou mais fortemente o mercado de trabalho da RMPA no seu segundo ano (2016) e, especialmente, os trabalhadores do setor privado e os autônomos que tiveram queda na parcela de contribuintes. Já os resultados de 2017 apontam que autônomos e empregados domésticos foram o que mais deixaram de contribuir para a Previdência Social. E, nos anos da crise, ao se observar a variação entre 2014 e 2017, confirma-se que essas são as posições na ocupação mais afetadas. Além de retrocesso na proteção trabalhista, houve também redução na proteção social, evidenciando efeitos deletérios no mercado de trabalho da RMPA, nos anos recentes de crise econômica.

Proporção de ocupados, por posição na ocupação, que contribuem para a Previdência Social na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2010-17

| DISCRIMINAÇÃO           | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | $\frac{2017}{2014}$ |
|-------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|---------------------|
| Total de ocupados ..... | 76,9 | 79,4 | 80,2 | 81,8 | 82,9 | 84,3 | 83,1 | 82,3 | -0,6                |
| Setor privado .....     | 87,4 | 89,1 | 89,5 | 90,6 | 91,8 | 93,0 | 92,4 | 93,1 | 1,3                 |
| Setor público .....     | 89,2 | 90,9 | 90,2 | 91,0 | 91,5 | 92,2 | 92,6 | 92,4 | 0,9                 |
| Autônomos .....         | 33,9 | 37,5 | 40,6 | 44,5 | 46,2 | 47,0 | 45,8 | 39,8 | -6,4                |
| Empregados domésticos   | 54,0 | 57,2 | 57,9 | 58,6 | 60,3 | 59,2 | 59,3 | 58,8 | -1,5                |

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

NOTA: Variação em pontos percentuais.

**[www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)**

** /fundação.rs |  @fee\_rs**

** @fundação.rs**

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 09.02.18).

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

ISSN 1517-7262

**FEE**  
**Fundação de**  
**Economia e**  
**Estatística**

Presidente: Miguel Ângelo Gomes Oliveira  
Diretor Técnico: Alfredo Meneghetti Neto  
Diretor Administrativo: Marcelo Vasconcelos da Silva

Conselho Editorial: Martinho Roberto Lazzari (Editor), Bruno Paim, Iracema Keila Castelo Branco, Jefferson Augusto Colombo, Marcos Vinício Wink Junior e Vanceli Zanin  
Revisão e editoração: Susana Kerschner